



UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SELMA JERLENE DA SILVA DE SOUSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE E A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INTERVENTORA PREVENTIVA**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

SELMA JERLENE DA SILVA DE SOUSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE E A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INTERVENTORA PREVENTIVA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Esp. Aldair Pericles Monteiro

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

SELMA JERLENE DA SILVA DE SOUSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE E A POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INTERVENTORA PREVENTIVA**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Serviço Social do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito à obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Esp. Aldair Pericles Monteiro

Data de aprovação: 16/12/2020

Banca Examinadora

Prof. Esp. Aldair Pericles Monteiro.
Orientador (a)

Prof.(a) Ms. Maria Clara de Oliveira Figueiredo.
Examinador (a) 1

Prof.(a) Ms. Sheyla Alves Dias.
Examinador (a) 2

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

“...Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: a minha mãe Maria das Dores, que sempre acreditou em meu potencial; as minhas irmãs Karina e mais enfaticamente a Leydeane, se não fosse por ela, não teria concluído a graduação, amiga de todas as horas; e a minha sobrinha Laysla, me ajudando a ser uma pessoa melhor...”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata a Deus por tudo o que Ele me proporcionou ao longo dessa trilha, me fortalecendo a cada dia principalmente, nos momentos mais difíceis. Sem a sua infinita bondade e misericórdia não teria chegado à reta final dessa graduação com saúde. Gratidão eterna aos meus pais: Maria das Dores e Jesualdo Felismino (falecido), que me deram injeção de ânimo na trajetória acadêmica e constantemente esteve me incentivando a não desistir diante das adversidades. Muito obrigada por toda dedicação, amor, força, e principalmente, por terem acreditado em mim e em meu sonho. As minhas irmãs (Leydeane) e (Karina), que durante toda a minha luta acreditaram no meu potencial e me apoiaram de forma surreal, saibam que essa conquista também é de vocês. Aos amigos e colegas da graduação, que ao longo do caminho ficaram ao meu lado, dividindo e enfrentando os momentos de medo, angústia, postos durante o processo de formação, também como alegrias e conquistas. Em especial, as integrantes que compõem a nossa “Tropinha” Andreia Santos, Ana Paula, Larissa Sousa, Marília Dávila, Tânia Maria, Suzana e Dayana Bezerra. Obrigada meninas por tudo. Levarei vocês em meu coração por toda a vida. A minha amiga pessoal Germana Maria, gratidão por me incentivar a cursar esse curso tão maravilhoso percebendo em mim virtudes da profissão. Meu mais sincero agradecimento, a Kate Miranda por seu o auxílio, e ao meu orientador Aldair Perícles Monteiro, pelos ensinamentos acadêmicos e por acreditar que seria capaz de concluir essa etapa importante na minha vida pessoal e acadêmica.

*“O homem não é nada além daquilo que
a educação faz dele.”*

(Immanuel Kant)

RESUMO

Esta pesquisa descortina as características intervencionistas da Políticas de Assistência social na resolução da problemática da violência contra a mulher e revela a importância e contribuição do assistente social na assistência social. Pergunta-se o assistente social no âmbito da assistência poderá mudar a realidade por meio da influência do seu trabalho profissional na sociedade. Ressaltando a importância do envolvimento dos assistentes sociais neste campo, bem como a sua contribuição para o combate às desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo e a procura da transformação societária. Permitir resgatar a historicidade da assistência social brasileira; pela sua singularidade; vincular as recomendações de transformação social dos projetos de assistência social profissional às políticas de assistência social como forma de solucionar o legado do capitalismo; e explanar aos assistentes sociais as possibilidade de intervenção para auxiliar a emancipação política. Utilizando-se da pesquisa por método de abordagem qualitativa de procedimento bibliográfico e objetivo/caráter descritivo. Obtendo assim, respostas adequadas que vem a cooperar para ampliar o escopo da discussão, e entender o impacto dos assistentes sociais como profissionais que visam contribuir para os resultados das mudanças sociais e dos sujeitos atingidos pelo capitalismo e pelas condições sociais de produção. Profissionais e a reprodução das relações sociais em cada contexto histórico. Revelando que é necessário considerar métodos de categorias de serviço social em conjunto com a rede de serviços das instituições que amparam esses casos, e trazendo formas de reduzir o impacto da formação social dos usuários das políticas assistenciais.

Palavras-chaves: Assistente social. Desigualdade social. Política de Assistência Social. Violência contra mulher.

ABSTRACT

This study reveals the intervention characteristics of social assistance policies to address the issue of violence against women and reveals the importance and contribution of social workers to social assistance. The question is whether the social worker in the help can change reality through the influence of his professional work in society. Emphasizes the importance of the participation of social workers in this field as well as their contribution to the fight against social inequalities caused by capitalism and the pursuit of social transformation. Allows to save the history of Brazilian social assistance; because of its uniqueness; to link the recommendations for social transformation of professional welfare projects with social assistance policies as a way of resolving the legacy of capitalism and explaining to social workers the possibilities of intervention to aid political liberation. Use of the research using a qualitative approach to bibliographic procedure and objective/descriptive character. Thus, appropriate answers are obtained that work together to broaden the scope of the discussion and understand the impact of social workers as professionals aiming to contribute to the results of social change and the issues affected by capitalism and social conditions of production. And the rendering of social relations in any historical context. To reveal the need to consider methods for categories of social services, together with the service network of the institutions supporting these cases, and to provide ways to reduce the impact of the social formation of users of aid policies.

Keywords: Social worker. Social inequality. Social welfare policy. Violence against women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: A EXISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	10
1.1. RECORTE SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	10
1.2 A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	16
CAPÍTULO 2 – O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTENCIAL SOCIAL NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA... 	21
2.1. VISIBILIDADE X SILENCIAMENTO: OS ATAQUES A DISCUSSÃO DE GÊNERO.....	21
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA COMO VIABILIZADORA DE DIREITOS	28
CAPÍTULO III: INTERVENÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES, TRANSFORMANDO SUA REALIDADE	36
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.2 REFLETIR SOBRE A ATUAL PRÁXIS PROFISSIONAL NO TOCANTE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar se há possibilidades da Política de Assistência social ser utilizada como um meio interventor na prevenção a violência doméstica, através do exercício profissional dos assistentes sociais e equipes multidisciplinares como agentes transformadores de realidade e empoderamento social nos Centros de Referência e Assistência Social.

O objeto de estudo é essencialmente mulheres que participam desses atendimentos, analisando se a partir do desenvolvimento dessas políticas públicas e acompanhamento essas mulheres alcançam a prevenção do fenômeno da violência doméstica.

Tendo em vista que dentro da Política de Assistência existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) onde é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos Centro de Referência a Assistência Social (CRAS).

Tais direitos foram possíveis de se materializar a partir da CF de 1988, que preconiza os direitos sociais, incluindo a previdência social, que é composta pelo tripé, saúde, previdência social e assistência social. Assim, os vínculos se estendem a diferentes territórios vividos, tais como o âmbito familiar, os serviços públicos, e outros locais nos quais as relações sociais se fortalecem ou se fragilizam (BRASIL, 2010).

O referente trabalho de conclusão de curso tem o intuito de promover inquietações no âmbito das relações dos profissionais desses serviços para melhoria dos mesmos no incentivo a novas posturas diante das demandas que estão se metamorfoseando, no combate o aumento de índices de violência doméstica. Sendo assim, é pertinente a fundamentação de trazer ao contexto da emancipação feminina através das atividades realizadas por esses grupos.

Através de estudos e pesquisas para que se tenham parâmetros válidos no contexto das problemáticas relacionadas utilizaremos os seguintes formatos de pesquisa: bibliográfica e descritiva, todas dentro da abordagem qualitativa, para garantir um embasamento através de dados em leituras básicas da biblioteca do

Serviço Social, buscando as melhores referências para apresentar como meios de orientação de enfrentamento às demandas.

CAPÍTULO I: A EXISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

1.1. RECORTE SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência baseada no gênero está relacionada aos conceitos históricos e culturais formado a partir das diferenças entre homens, e mulheres e outro, onde se reproduz relações de desigualdade, originando uma relação de obediência e dominação do homem sobre a mulher. A estima excessiva da figura masculina, ainda se perpetua na sociedade, pois ao longo dos anos, essa valorização do homem de autoridade sobre a mulher foi reforçada através do patriarcado e do machismo, surgindo assim efeitos de relações violentas entre os sexos.

Para entendermos a posição da mulher na sociedade contemporânea, Vamos retroceder na história para os judaico-cristãos eles se fundamentam em valores que caracterizaram a sociedade patriarcal. Dessa forma para alguns especialistas eles afirmam que nem sempre a sociedade foi patriarcal. Essas sociedades eram tidas como “Era das Deusas” definia a supremacia da política feminina.

No entanto, pouco sabemos sobre as sociedades matriarcais e sua decadência é assimilado ao crescimento da população, originando o aumento de confrontos territoriais. Com isso, os homens começaram a ofertar proteção guerreira às mulheres, refletindo assim, no domínio completo do masculino e consolidando o Patriarcalismo

Para Simone de Beauvoir (1949), justifica que, no que independente do que para alguns escritores a existência de uma sociedade matriarcal, as mulheres nunca conquistaram “o primeiro lugar”, nem mesmo no período em que a maternidade foi mais consagrada. No período pré-histórico, as mulheres eram predestinadas a gravidez, diminuindo, assim, seu rendimento laboral. Dependendo dos homens para proteção guerreira e para o produto da caça e da pesca.

Os trabalhos domésticos ficavam ao encargo das mulheres para serem exercidos, pois podiam ser conciliáveis com a maternidade. Apesar da diferenciação do trabalho dos homens e das mulheres não havia distinção entre os sexos

(BEAUVOIR,1949). Portanto, no período pré-histórico, sendo uma sociedade matriarcal ou igualitária, as mulheres ocupavam uma posição social diferente do que no período medieval.

Com o começo da Idade Moderna, o desenvolvimento do sistema capitalista e a chegada da revolução industrial (Séc. XVIII) na Inglaterra, houve a condição de aumento da mão de obra e, nessa ocasião, mulheres e crianças foram convocados para trabalhar nas indústrias. Diante desse ocorrido, as mulheres, mesmo recebendo salários bem inferiores do que os homens, passaram a ocupar outra lugar social, a de trabalhadora.

Mesmo frente a essa mudança da posição da mulher na sociedade moderna, em vista da necessidade da mão de obra, a submissão ao homem se sustentava. Nesse período, começam a surgir, abertamente, por exemplo, na literatura mundial, temas relativos ao papel da mulher na sociedade, vista a possibilidade de sua emancipação. O escritor russo Leon Tolstói, membro do movimento liberal de sua época (1828-1910), apesar de ser contrário as desigualdades sociais e todos os tipos de opressão e servidão, não concordava com a emancipação feminina, pois:

Para ele, a mulher deve ser submissa ao marido, mesmo que isso signifique seu sacrifício pessoal (essa ideia é desenvolvida no romance de Tolstói Anna Karenina). O marido, por sua vez, tem obrigação de ser fiel à esposa, de ser seu mentor, de guiá-la e cuidar para que não enveredar pelo mau caminho (SOARES, 2015, p. 10).

Nesse visão, desde o século XIX as mulheres começaram a participar de movimentos operários, tais como luta pela melhoria das condições de trabalho, haja vista a jornada de trabalho compreende aproximadamente 15 horas e os salários serem irrisórios. Como consequência, no dia 8 de Março de 1917, 90 mil operárias manifestaram-se contra o governo na Rússia. Dentre as causas, encontravam-se as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra.

Esse protesto ficou conhecido como “Pão e Paz”, sendo essa data oficializada, apenas em 1921, como Dia Internacional da Mulher (KARPOVA, 2010). Entretanto, somente em 1977, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu oficialmente o Dia Internacional das Mulheres, reconhecido como um marco histórico importante na luta em prol de sua emancipação.

A sociedade medieval era altamente influenciada pela igreja, construindo uma moral que definia as posições sociais de gênero. O judaísmo declarava através dos

textos bíblicos proibições às mulheres, tais como: “se a mulher trair o seu marido, ela será feita em objeto de maldição pelo Senhor...”; “Se uma jovem é dada por esposa a um homem e este descobre que ela não é virgem, então será levada para a entrada da casa de seu pai e a apedrejaram até a morte” (LIMA, 2010). Portanto, podemos observar que as mulheres eram retratadas como seres inferiores, muitas vezes mortas por não seguirem a imposição social da “obediência” aos homens.

Para Teles e Melo (2003) Violência se caracteriza pelo uso da força, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo a sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

A violência é uma questão social e, portanto, não é propósito próprio de nenhum departamento específico. Segundo Minayo (2004), se torna um tema mais ligado à saúde por estar associada à qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares e também, pela concepção ampliada do conceito de saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde seria o completo bem – estar físico, mental, social e espiritual dos indivíduos.

Na atualidade, a violência faz parte da realidade na vida de tantas mulheres, sendo uma expressão da questão social, a qual deveria ser demandado para o Estado intervir com execução de políticas públicas de maior efetividade, dessa forma é um âmbito legítimo para o trabalho dos assistentes sociais pois, está configurado com outras demandas sociais vinculadas.

A desresponsabilização do Estado em face da garantia dos direitos dos cidadãos traz repercussões nas relações de trabalho e nas profissões, exigindo redefinições em termos de competências frente às novas problemáticas que demandam o trabalho profissional (LISBOA; PINHEIRO, 2005). A partir desse pano de fundo a discussão sobre a violência contra mulher se torna um assunto discutido como problema público a ser enfrentado.

O Brasil é um dos países com maiores índices de mortes por desigualdade de gênero, e a maior parte da população é formada por mulheres. Há vários tipos de violência sofridos por elas, dentre eles, os mais frequentes são a violência física, psicológica e sexual. Ainda de acordo com o estudo, o número de homicídios de

mulheres brancas caiu 9,8% entre 2003 e 2013, enquanto o de mulheres negras só aumentou 54,2%. É uma diferença muito grande, e as diferenças de classes e o racismo são dois dos maiores fatores que influenciam para esses números crescerem ainda mais.

A regulamentação do Femicídio que foi reconhecido oficialmente ao homicídio e quer dizer assassinato de mulheres justamente pela condição delas serem mulheres. O feminicídio às vezes é confundido de forma a imaginar que é a morte de indivíduos do sexo feminino. O seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais.

Ele se expressa como afirmação incondicional de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro, como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (BRASIL, 2013).

O feminicídio o homem ver a mulher de forma, onde o mesmo possui o poder sobre ela, caracterizando a mulher em objeto de posse, na qual suas são ações coercitivas e violentas, levando o mesmo a cometer o assassinato da mesma. A depender do caso concreto, o feminicídio (mesmo sem ter ainda este nome) poderia ser enquadrado como sendo homicídio qualificado por motivo torpe (inciso I do § 2º do art. 121) ou fútil (inciso II) ou, ainda, em virtude de dificuldade da vítima de se defender (inciso IV).

No entanto, o certo é que não existia a previsão de uma pena maior para o fato de o crime ser cometido contra a mulher por razões de gênero. A Lei n.º 13.104/2015 veio alterar esse panorama e previu, expressamente, que o feminicídio, deve agora ser punido como homicídio qualificado.

Tratando de violência devemos levar em consideração aspectos sociais que colaboram para esse tipo de fenômeno acontecer. Algumas variáveis socioeconômicas como nível de renda e nível de educação formal foram apontadas como possivelmente relevantes para explicar as variações nas ocorrências de feminicídios casos (KRONBAUER e MENEGHEL, 2005; MENEGHEL e HIRAKATA, 2011; ANACLETO et al., 2009; SCARANTO et al., 2007; DIAS, 2013).

Assim, no decorrer da história crimes contra mulheres são naturalizados, onde essas mulheres são mortas para “lavar a honra” de seus cônjuges, dando a entender

que esses corpos são pertencentes aos seus “donos”, mulheres sempre foram alvos de insignificância social, seres que não possuía alma, foram conceitos reproduzidos ao longo do tempo, visto que isso precisa sofrer alterações.

A Constituição de 1988, última e atual, sofreu influência de grupos de mulheres e feministas. O movimento político “Mulher e Constituinte”, em conjunção ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), lutaram pela inclusão de mais direitos das mulheres na nova Constituição (1988). Esse movimento ficou conhecido como “lobby batom” (SOARES, 2014).

Podemos observar através de dados estatísticos que, apesar da Constituição de 1988 garantir igualdade de gênero, as mulheres ainda sofrem com a herança social do machismo. Os dados apresentados pelo IBGE e a PNAD apontam esse fato, pois uma em cada quatro mulheres foi agredida fisicamente pelo cônjuge ou ex-cônjuge, entre setembro de 2008 e setembro de 2009.

Com propósito de compreender as influências, nacionais e internacionais para a elaboração da campanha de enfrentamento à violência contra mulher, a seguir vamos apresentar a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Um grande ganho marco histórico para as mulheres foi a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) sancionada em 7 de agosto de 2006, ela tem como base o combate à violência de gênero. Essa lei visa assegurar os direitos das mulheres, aumentando o rigor das punições aos agressores, promove políticas públicas para auxiliar na prevenção e no enfrentamento da violência contra mulher.

A mesma sofreu alterações no dia 03 de abril de 2020. Onde houve o acréscimo de dois incisos no Art. 22, sessão que dispõe acerca das Medidas Protetivas de Urgência que obrigam o agressor, isto é, medidas que o juiz dispõe a tomar contra o ofensor.

A lei já previa que a partir da constatação da prática da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Juiz pode aplicar de imediato contra o agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, tais como: a suspensão da posse ou restrição do porte de armas; o afastamento do agressor do lar e/ou locais de convivência, no sentido de proibir condutas como a aproximação da vítima, seus familiares e testemunhas; a proibição de contato por qualquer meio com a vítima, seus familiares e testemunhas; a restrição do acesso do agressor a lugares diversos, a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima; a suspensão ou restrição na

visita aos filhos, e; a possibilidade de o agressor arcar com prestação de alimentos provisórios à ofendida.

Com a alteração, a lista de possibilidades de medidas da qual o juiz dispõe para intervir aumentou com o acréscimo dos incisos VI e VII, prevendo agora: o comparecimento do agressor em programas de recuperação e reeducação; o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou grupo de apoio. A alteração é extremamente positiva, tendo em vista que as medidas podem ser adotadas cumulativamente com as demais, e traz ganhos também ao agressor.

Com isso, ganha um novo status de protecionismo no Brasil na intencionalidade de promover justiça, mas infelizmente pela cultura machista esses índices ainda não diminuíram, apesar da Constituição (1988) e as leis promulgadas com esse intuito, a herança social do machismo ainda prevalece em muitas famílias brasileiras, pesquisas apontam que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no ano de 2017.

Podemos analisar, ao longo dos últimos anos, é que minorias sexuais ou de gênero têm sofrido mais do que aqueles que pertencem à grande parcela dos incluídos no mesmo mundo patriarcalista, machista, capitalista, neoliberal e globalizado, onde o sujeito se encerra cada vez mais em si mesmo, mantendo um culto ao egocentrismo e não encontrando outra meio a não ser transgredir nos mais fracos o seu poder, mantido a ferro e a fogo ao longo da História.

Vítimas durante um longo período histórico, o que restava às mulheres senão lutarem pelos seus direitos, colocando a questão de gênero frente às suas reivindicações como minoria social? Foi a partir das reivindicações do movimento feminista e da própria sociedade civil, do direito ao voto, das garantias trabalhistas, da denúncia da opressão e da estrutura de classes, primando pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, que governos de todo o mundo se reuniram, discutiram, avaliaram, analisaram os questionamentos e estabeleceram mecanismos internacionais em defesa dos direitos da mulher.

A busca por um ideal de solidariedade humana, a luta contra as discriminações e os preconceitos muito bem arraigados em nossa cultura e, principalmente, o desejo de uma sociedade mais tolerante, mais justa, menos violenta e eticamente possível é a crença absoluta de uma sociedade e de um grupo de pessoas que acreditam que

vale a pena lutar por algumas utopias, pois elas se tornam ainda necessárias em um mundo onde o diferente nos é tão insuportavelmente estranho que passa a valer menos em relação a direitos ou deveres. A criação, portanto, de uma sociedade mais tolerante é também a criação de uma sociedade mais ética ao admitirmos ou reconhecermos o Outro como se fosse um de nós, ou seja, ao passarmos a tolerar mais aquele que nos é semelhante.

Compreendemos, pois, que a luta pelos direitos humanos e contra a violência, o preconceito e a discriminação, não só contra as mulheres, mas contra todos aqueles que são vítimas, deve ser encarado como um mal a ser combatido, vigiado, punido e disciplinado.

É na crença de mudanças sociais, no engajamento ou não da militância dos direitos humanos por grupos sociais concebidos como minorias (negros, mulheres, trabalhadores rurais, sem-terra, sem teto, homossexuais, crianças, idosos, etc.), na possibilidade de ensinar os outros a tratar o nosso próximo como a nós mesmos, portanto, envolvido na perspectiva da educação como mudança de atitude, de comportamento e de ideais de vida, é que poderemos criar uma sociedade mais justa, mais igualitária e eticamente possível. Pensar na igualdade que une os sujeitos pode não ser uma tarefa fácil, mas acreditamos ser esse um trabalho possível, na conquista e na primazia dos direitos humanos para as próximas décadas.

1.2 A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

No contexto, Brasil colônia, as relações entre os sexos eram delimitadas pelo machismo. No entanto, o número de mulheres era bem menor que o dos homens. As africanas eram compradas e vendidas em pequena quantidade, pois os comerciantes preferiam negociar os escravos homens, por serem fisicamente mais fortes. Os colonizadores costumam abusar sexualmente de suas escravas para satisfação de seus prazeres extramatrimoniais.

A mulher branca na sociedade patriarcal era designada a ser mãe das famílias de elite da colônia. As mulheres dessa época eram dependentes, porém, o grau de dependência variava conforme a raça e a situação social de cada uma, eram somente vistas como um acessório, não havia como expressar suas opiniões acerca de assuntos pertinentes, como debates políticos, econômicos.

Assim, percebemos que perpassou essa cultura machista patriarcal pondo a mulher em posição de submissão até hoje na contemporaneidade, ainda há muito o que ser desconstruído, um grande passo para isso acontecer faz parte do movimento feminista que ganha bastante espaço de discussão. Portanto, o movimento feminista tem grande contribuição nessa desconstrução de ideário, segundo a fala da Márcia Tiburi a mesma defende:

A transformação da sociedade precisa ser pensada rumo a uma vida melhor para todas as pessoas. Isso implica pensar outro projeto. Outra política, outro poder, outra educação, outra ética, outra economia. O feminismo é o campo teórico e prático que pode construir uma política com outros referenciais: a natureza, o corpo, o cuidado, a presença, a vida digna (TIBURI, 2018, p. 124)

O mercado de trabalho sofre alterações e está cada vez mais a procura de mão-de-obra qualificada e, é deste ponto de partida que a mulher entra em cena, pois, como sempre se sentiu constrangida, hoje ela busca melhoria de suas condições de vida dando o seu melhor e se especializando, para conquistar seu objetivo. Para Aparício, Melo e Oliveira (2009):

[...]Historicamente, quando os homens procuram desenvolver sua carreira, sua dificuldade é menor devido a uma cultura patriarcal observada em nossa sociedade que põe obstáculos ao desenvolvimento profissional feminino. As mulheres, por outro lado, ainda encontram barreiras tanto naturais (filhos, família, cuidado com o lar...), como as impostas por organizações mais conservadoras. Porém, outro ponto importante é a mudança de comportamento da própria mulher que tem refletido transformação na sociedade.

Dessa forma as mulheres vêm buscando novas perspectivas de vida, encontrando novas chances no mercado de trabalho, e com isso dando novo significado ao seu espaço juntamente com seu cônjuge dentro de seus lares. Entretanto, é possível observar a divisão das despesas da casa entre a mulher e o marido ou, até mesmo, mulheres assumindo essa responsabilidade de forma integral na família contemporânea (Borsa & Nunes, 2011; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007).

Perante a lei homens e mulheres não existe desigualdade, mas no cotidiano isso é bem diferente, seja nas ruas, seja no ambiente familiar, isso é notável nos tratamentos essa disparidade nos tratamentos, termos pejorativos aparecem contra as mulheres, assédio dessas mulheres ainda é de grande proporção, naturalização de práticas machistas de que o homem tem direito livre do ir e vir e fazer o que bem entender que ninguém o julga.

A mulher conquistou ao decorrer da nossa história muitas vitórias, não que isso tenha sido alcançado na sua completude, nesse sentido, a figura da mulher no ambiente doméstico ganhou nova roupagem, o que antes os papéis eram bem definidos hoje, ganhou mais flexibilidade, pela inserção da mulher do mercado de trabalho.

Para ambos, o mercado de trabalho seria um meio de estabelecer igualdade, principalmente nos assuntos domésticos, tendo a divisão de atividade do lar e a educação dos filhos. Tal fato trouxe muitas modificações quanto às responsabilidades da mulher exercidas em casa, isso porque ela, além do papel de cuidadora, exerce também o papel de provedora do lar em muitos casos (COELHO, 2006).

Mas, seguindo esse percurso de informações surge uma indagação sobre o ponto de vista social atual, diante de suas conquistas, as desigualdades deixaram de existir? Diante, do artigo 5º, inciso I da Constituição Federal de 1988 prevê que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e assim esse princípio, tomando por critério a condição sexual, proíbe a possibilidade de qualquer tratamento que desigualdade as pessoas em direitos e obrigações.

A nossa sociedade é muito adoecida pelo patriarcado violento, nela encontra-se inserido o sujeito homem num lugar de privilégios e de opressão sendo eles os herdeiros históricos disso. Weber define que a dominação que os homens exercem sobre as mulheres é fruto do culturalismo; assim, o sociólogo acredita que esta dominação está inserida na dominação tradicional.

Conforme o exposto, segue a fala dos autores Gibson e Graham (1996, p. 28) que afirmam: "que o capitalismo é uma arquitetura ou estrutura de poder que é conferida pela propriedade e pelo controlo diretivo ou financeiro". Assim, à mulher que não está no mercado de trabalho é vista como dependente de seu cônjuge a pondo em situação de subjugação.

Dessa forma, é oportuno afirmar que somente o ato de uma narrativa feminina de resistência com poder de desnaturalizar preconceitos, crenças e tabus presentes no discurso masculino poderá construir a nova identidade da mulher contemporânea. Essa deve ser a meta futura do gênero feminino na luta política pela igualdade e emancipação da mulher.

Em qualquer sociedade, a identidade é formada socialmente pelas vivências, cujo argumento é produto da cultura que a construiu. Assim, o perfil feminino é definido pelo argumento de seu interlocutor.

Logo, a identidade feminina na pós-modernidade assume novo perfil, tipicamente, capitalista, independente economicamente, que consome e ditando as leis no mercado, inclusive nas relações com o sexo oposto. Não admite mais ser a objetificada, tendo poder de escolhas. Essa nova mulher trabalha, possui seu salário, mantém-se e não é mais um ser depende do sexo masculino.

Seguindo por essa linha, vemos que o primeiro passo para resistir aos comportamentos masculinos de opressão contra as mulheres deve ser interrompendo falas pejorativas. Esses discursos direcionados à figura da mulher com o intuito de inferiorizá-la devem ser denunciados, para que ela, com o passar

Ainda que o dominador dispense ao dominado um tratamento de coisa, este último nunca se retifica inteiramente. Ao contrário, luta incansavelmente pela ampliação de sua autonomia e, portanto, pela redução de sua heteronomia, não podendo, uma e outra, ser tomadas em termos absolutos, pois são sempre relativas. Ninguém desfruta de total autonomia, da mesma forma como não goza de total heteronomia. (SAFFIOTI, 1997, p. 148).

É pertinente a compreensão do empoderamento como tomadas de decisão pessoal e coletiva, envolvimento em ações particulares e públicas, autonomia pessoal e de grupos oprimidos, mudanças nas relações entre homens e mulheres, empoderamento dentro de um modelo conceitual relacional. Moreira et al. (2012): compreende empoderamento como o processo de tornar-se capaz de expressar necessidades e preocupações, conhecer estratégias de envolvimento nas tomadas de decisão e atuar no sentido de satisfazer as necessidades —política, social e culturalmente. Os autores trabalham adicionalmente com referências das quais extraem níveis aos quais o empoderamento pode se referir.

Portanto, a aproximação e a valorização das singularidades, e não a universalidade, parecem abrir a possibilidade real de promover mudanças pessoais e sociais, o que apoia a reflexão sobre a necessidade de levarmos em conta a fragmentação das vivências das mulheres, e de seus interesses específicos, acolhendo a diferença e a multiplicidade.

Mioto (2000), sugere avanço na compreensão do sentido profundo das transformações familiares. Segundo ela, a ampla aceitação das mudanças estruturais da família brasileira, que parece comum entre os nossos profissionais e pesquisadores, têm de ser acompanhada por outra percepção e acolhimento: a da recorrente e inevitável modificação de papéis possíveis e reais de seus membros.

Sem isso, a intervenção técnica continuará fonte de tensão, permanecendo em viabilidade de comportamento dos familiares ligados a um momento já passado de sua realidade. Mãe, por exemplo, há muito tempo já não está disponível no papel que lhe foi tradicionalmente prescrito, mas na verdade se age como se ela ainda estivesse lá.

Contemporaneamente, por exemplo, a família assume centralidade para o desenvolvimento da política de assistência social, numa perspectiva incoerente, em que se oferece proteção e se reconhece a variedade de experiências familiares, mas em contrapartida continua-se com o reforço da responsabilização pela educação e criação dos filhos, sem os apoios devidos da sociedade, além da gestão de problemas que extrapolam sua capacidade.

De maneira sutil, ou evidente, o modelo nuclear conjugal, como ideal de família, ainda preside o desenho de muitos programas sociais públicos e privados, dentro da orientação geral da política social brasileira, e fundamenta grande parte das orientações profissionais. É necessário entender, porém, que essa dominação é reflexo dessas desigualdades sociais, econômicas e políticas e, portanto, deve ser estudada em perspectiva de coletividade (SANTOS; AMARAL, 2010).

Melhor consciência de um novo tempo poderá insistir, por exemplo, na distribuição mais equitativa da responsabilidade pelo trabalho doméstico. Isto vem sendo feito em grande escala em países de desenvolvimento social avançado. É o caso, por exemplo, da ampliação da licença paternidade, possivelmente repartida com a mãe. Podemos investir no acesso à educação para as mulheres, na sua proteção nas cidades, medidas trabalhistas, entre muitas outras.

Fazendo uma paralelo das vidas dessas mulheres que todos os dias, lutam com sua tripla jornada de trabalho, que não podem fraquejar que tem de ser mãe, esposa, amiga, sempre se manter na “classe”, para enfrentar os desafios que lhes são impostos sem sequer poder dizer que não consegue executar essas tarefas pois é o “sexo” que foi designado a obedecer aos padrões impostos desde a fundação dos tempos, só nos mostra o quanto nossa sociedade é injusta.

CAPÍTULO 2 – O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTENCIAL SOCIAL NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

2.1. VISIBILIDADE X SILENCIAMENTO: OS ATAQUES A DISCUSSÃO DE GÊNERO

O discurso de que as mulheres não há mais o que ser conquistado, que já chegaram a igualdade de gênero e, que não precisam mais lutarem por novas conquistas, é um equívoco de pensamento, na verdade conquistamos os direitos básicos, direitos a votar, o mercado de trabalho e isso são coisas que há muito tempo não tínhamos acesso e, que se fosse verdade isso de ter conquistado tudo não existiria tensões e conflitos em nossos lares.

Dessa forma pensamos o seguinte: é existente uma legislação que nos garante que somos protegidas, mas, a realidade é contraditória, por outro lado as lutas por melhores formas de enfrentamento são pensadas. Contudo, na atualidade ainda encontramos conceitos bem equivocados de como é ser mulher e de como é visto a luta das mesmas por melhores espaços e direitos na sociedade.

A invisibilidade da mulher de acordo com Brumer (2004), quando esta afirma que parte considerável do trabalho feminino é invisível, mesmo quando elas executam igualmente as mesmas atividades que os homens.

Ainda sobre essa linha de raciocínio, “se quisermos compreender o fato [...] de que as mulheres, mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para ser ouvidas, precisamos reconhecer que as coisas são um pouco mais complicadas e que há uma longa história por trás de tudo”. Mary Beard (2018)

Portanto, é relevante atentarmos para essas questões onde as relações mais antigas se renovam e continuam com suas fragilidades, trazendo um universo paralelo de novas configurações de comportamentos, a ideologia de que a dominação masculina carregada pelo machismo exacerbado conota uma estimulação de relações de possessividade das mulheres como se assim fossem seus objetos privados.

É interessante verificarmos como se dá essas relações nas mídias de massa, onde vem sendo carregado um novo modo de responder a esse fenômeno, ressaltar que ter um olhar de outro ângulo sobre a questão da violência contra mulheres, colabora para não continuar sendo disseminado a naturalização dos maus tratos femininos no cotidiano contemporâneo.

Os jornais diários são imprescindíveis para conhecer-se como vai a violência em nossa sociedade. Eles fazem a história do presente. Lendo-os da primeira

à última página, pode-se ter um quadro bem diversificado das violências que cercam o homem contemporâneo (ODALIA, 2004, p. 92).

Esses meios são marcados por sua hegemonia e rapidez de alcance, e a necessidade de informação sobre o ambiente social, econômico e político, nessa ordem. De forma detalhada, o jornal dá uma visão geral dos acontecimentos se para um aprofundamento de relatos recorre-se às revistas. Fazem parte de nosso cotidiano os meios de comunicação em massa TV e rádio. Esses respeita os limites de acesso temporal, físico e financeiro, a relação com todos esses meios é constante, regular, costumeiro, mas superficial.

Dessa forma, é perceptível que vem se desprezando a subjetividade dos indivíduos que se identificam com o gênero feminino e, isso leva a uma cadeia de outras formas de violência que está preso a pensamentos conservadores que não evolui a condição humana, não dando a devida atenção às diferenças nas particularidades de cada sujeito nas práticas rotineiras, interferindo diretamente nas relações, até dizer então, reprimindo as expressões desses atores sociais.

Do ponto de vista dos significados dados aos conteúdos programáticos de TV, os comportamentos vistos são: a aversão (nada presta), a insensibilidade (o mundo é assim mesmo), até a indiferença ou mesmo a elaboração (eu converso sobre os programas) nos mostra a superfície de uma leitura que reflete, acima de tudo, uma assimilação do poder da representação dos acontecimentos.

Tendo em vista, que diante desses aspectos sobre a violência, novos campos vem sendo propícios para a discussão de como a mulher vem sendo violada em nosso meio e isso é de suma importância, levantar questionamentos de como vem sendo tratada a questão da violação de seus direitos, como é a relevância de suas vidas para sociedade a saber que são seres humanos que precisam de leis mais rigorosas para sua segurança

Como política pública para mulheres pode destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que tem como objetivo:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país. (PNPM, 2013-2015)

Portanto, cabe ressaltar que diante do que foi mencionado nessa política parece algo surreal na realidade, pois a promoção de igualdade ainda há um longo

caminho a ser percorrido e diante da cultura o modo como vem sendo desenrolada as condições de quebras de tabus e os valores sendo ressignificados parece utopia numa sociedade tão violenta.

Na antiguidade, a violência era utilizado para sobrevivência, na contemporaneidade vem seguindo outro sentido nos modos de sua execução, não que a violência agressiva não existisse naquele período mas, hoje ela vem se desvelando de novas formas pois, é utilizada para agressividade, Fraga (2002) ainda alerta para a diferença entre violência e agressividade, afirmando que: “Toda violência pressupõe agressividade, mas nem toda agressividade pressupõe violência, assim como toda atividade humana pressupõe agressividade, porém não violência”

Compreendendo que cotidianamente, em sites, jornais, novelas, propagandas, mostra-se cena de casos de violência contra mulheres, de diferentes classes sociais, uma grande parte sem o direito de reivindicação pois, são silenciadas brutalmente por seus companheiros, esses casos tem foco de debates, através desses meios são propagados discursos cultuando comportamentos violentos.

Atualmente, as denúncias do que ocorre em muitos lares brasileiros, é assunto abordados em novelas a exemplo a “Fina Estampa”, onde mostra um caso de violência doméstica dramatizado pela atriz Dira Paes (Personagem “Celeste”) e pelo ator Alexandre Nero (Personagem “Baltazar”). Em um dos capítulos, a polícia é chamada para interromper uma das brigas e o personagem agressor acaba sendo detido em flagrante, contudo, por pouco tempo devido ao pagamento de fiança.

Na televisão, as notícias adquirem traços específicos, em função da particularidade do meio, que alia som e imagem. Os processos de construção das notícias nos telejornais podem ser analisados observando as operações de mediação que se estabelecem entre um acontecimento (fato de referência) e sua representação (a forma elegida para narrar e relatar o fato e os acontecimentos que dele derivam), que constituem discursos informativos de televisão.

A importância desse tema ser tratado pela mídia compete à reverberação que a mesma causa na vida de muitas mulheres que sofrem violência e de que alguma forma estas mulheres se identificam com os personagens. Noelle-Neumann (2005), “Quando um indivíduo silenciado encontrar “parceiros verdadeiros” que compartilham de sua experiência ou dê sua opinião, são capazes de resistir à pressão do grupo e escapar do medo do isolamento”.

Assim, as individualidades dos discursos informativos sobre determinados casos, fenômenos ou acontecimentos dependem expressamente da conceptualização prévia dada à questão, pelo próprio molde noticioso, ou seja, pela forma de ordenar, selecionar e editar os acontecimentos representados e ligá-los uns aos outros, tornando o processo comunicativo compreensível e acessível ao público.

Essa identificação vem causar reações positivas e negativas no que tange a coragem e o medo na busca por atendimentos que possam cessar esta situação de violência na qual estão inseridas. Pensar em comportamentos, você ser empático, não menosprezar a dor do outro pode ser visto como uma forma de ajuda e empoderar, pois dá uma abertura de um pedido de ajuda dessas vítimas levando a auto avaliação de seus relacionamentos, autocrítica para então, e buscar lugares de fala.

Quando falamos de violência de gênero, trazemos a memória a concepção de poder que vem ao encontro da discussão sobre relações de gênero, mais precisamente no âmbito familiar, oferecendo argumentos que poderão ajudar no entendimento da violência contra a mulher, buscando superar uma visão essencialmente vitimista da mulher. Utilizando o conceito de poder em Foucault (1990), a mulher é sujeito na relação, ou seja, ela também utiliza estratégias de poder e de negociações nas relações violentas entre o casal.

Simplificar a relação homem e mulher em agressor e vítima ou eleger um fator como causador da violência contra a mulher reduz a discussão e compreensão da problemática da violência, pois esta ocorre sempre numa relação, ou de dominação do homem e extrema submissão da mulher, ou onde ambos são atores e sujeitos do conflito ter claro que a relação conjugal é formada por duas pessoas e ambas exercem influência nessa relação.

Não que isso exime a bagagem cultural de formas de tratamento extremamente machistas de alguns homens para com as mulheres em seus relacionamentos tóxicos as subjugando e as pondo em lugar de humilhação, mas, trata de um contexto de que ambos são partes essencialmente importantes no relacionamento e cada um assume um papel de valor no processo de mudanças de valores sociais.

Trazemos a reflexão de como a internet possibilita que as redes sociais sejam meios potencializadores na transformação da sociedade, dentro da teoria de identidade e identificação que procriam no mundo virtual, ou seja, que se dá na relação entre o indivíduo e o meio social decorrente das mudanças tecnológicas da atualidade,

de como esse ator social foi sendo alcançado na trama das relações existentes no espaço das comunicações por redes de computação.

Nesse caso, é importante falar de como vem acontecendo a renovação das formas de movimentos sociais no espaço da internet, trazendo novos debates, porque as redes sociais online são um importante espaço de disputa de fala na sociedade atual e a pluralização de narrativas é um poderoso instrumento de transformação, nessa mudança no meio comunicacional interferiu, segundo Castells (2013), diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

Entende-se que este meio é uma nova ferramenta de informações e esse espaço de discussão, que pode-se abrir pode ajudar vítimas a encontrar outras vítimas que dando as mãos, acarretará novos tipos de intervenções, pelas o que vivenciaram de prisão psicológica sendo muito difícil de arrumar meios de se livrar de seus agressores e, ser uma pessoa que conseguiu sair desse quadro pode ser um grande incentivo de mudança para outras pessoas.

Portanto, quando uma mulher assume o seu papel social diferente do que é imposto a ela até se tornar adulta isso causa conflitos, no meio musical vemos trechos que nos retratam a questão de submissão que a mulher carrega, e que sendo o contrário na figura masculina é permitido. A cantora norte americana Beyoncé, traz na sua canção, “If Were a boy”, tradução (Se Eu Fosse Um Garoto) comportamentos cotidianos dos homens que demonstra que sendo atitudes masculinas eles “podem”.

Por isso, é cabível trazer a reflexão de como está sendo abertos espaços de fala, se na entrega das notícias existe o compromisso e ética no que está sendo propagado, a violência é recorrente por vários fatores sociais, onde teias de informações podem contribuir para o aumento do agravamento dessa problemática, trazer novas possibilidades de ruptura com pensamentos ainda retrógrados é limitar que ocorra o crescimento da massa pois o individualismo é um bloqueio que se deve ao contexto sociocultural.

É neste momento que podemos explicar que o sensacionalismo com que a imprensa trata a violência só faz promover a própria violência. Não só porque as pessoas se influenciam com exemplos de violência e querem repeti-los. Mas também porque a mídia exacerba a violência a um grau maior do que o real (FRAGA, 2002, p.52).

Há pessoas que se encontram apáticos diante das situações de violência na televisão, acham que aquilo só acontece em ficção, pois se ver repetida vezes os episódios que acabam naturalizando, não fazem uma releitura para si mesmo, se acontecesse, com um familiar próximo ou até consigo mesmo, o que é noticiado teria função de despertar para que esses tipos de maus tratos não se perpetuem, mas acontecem efeito contrário.

Recentemente foi lançado uma campanha por meio de articulação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) onde aderiu à campanha “Sinal vermelho contra a violência doméstica”, a iniciativa foi criada em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A ideia é incentivar a vítima a desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao atendente ou farmacêutico. Assim, o balconista acionará as autoridades competentes.

Saffioti (1994) relata que a mulher denuncie a violência sofrida em última instância, estando esta esperançosa na mudança de conduta de seu companheiro, pois apesar das agressões, sendo elas verbais ou físicas, ainda nutre um sentimento pelo seu parceiro. Além deste sentimento, existe o medo e a vergonha de expor o seu problema, entre outros fatores.

Logo, as mulheres sentem bloqueios em falar sobre as violências que sofrem, muitas vezes por medo de se tornar em algo maior, sentimentos de vergonha, culpabilidade e se sentirem responsáveis pelo episódio ocorrido são bem comuns. Tratando-se de violência doméstica, outro fator reforçador do silêncio são: as mulheres sofre de dependência afetiva com o agressor, receiam que o parceiro seja prejudicado socialmente pela denúncia, e os filhos sejam afetados, e que sua sobrevivência comprometida sem ele.

A violência recorrente no âmbito doméstico e sendo praticada por pessoas com as quais as vítimas mantêm vínculos afetivos ou íntimos não lhes retira o caráter político e, portanto, público, no sentido de que o Estado e a sociedade devem reconhecer e coibir sua existência. Também são fatores que colaboram para o silêncio das mulheres e impunidade de seus agressores a falta ou insuficiência de leis e políticas públicas integrais que de fato previnam, puna e der por encerrado a violência contra mulheres, e a forma humanizada de acolher a vítima de agressão.

A maioria das mulheres se vê sem instrumentos que garantam seus direitos e sua proteção depois da denúncia. A segregação que muitas vezes sofrem nos âmbitos

da polícia e na justiça, pois são espaços predominante a cultura machista e patriarcal em que vivemos, também faz com que as vítimas recuem. A violência ocorre porque na sociedade ainda há a o entendimento de que o melhor jeito de resolver um conflito é a violência e que os homens são mais fortes e superiores do que as mulheres.

É assim que os homens acham que têm o direito de impor suas vontades. As etapas de violência doméstica compõem um ciclo, que podem se repetir por muito tempo. As fases são as seguintes: da tensão inicialmente por meio de insultos e ameaças; em seguida vem a agressão, onde a mulher é agredida fisicamente e finalmente vem a fase da reconciliação, onde o agressor pede perdão. Este esse ciclo pode se repetir, com consequências cada vez piores.

Desse modo, o que vem se perpetuando de geração após geração é que a mulher é designada apenas a felicidade matrimonial, que está atribuída ao tradicionalismo da família heteronormativa, devendo sempre a obediência e acatar aos ensinamentos masculinos, seguindo um padrão de comportamentos, sempre sendo inibida de seus desejos e sendo retaliada quando assumi novas posturas.

O sentimento de medo advém do modelo do patriarcado operante com base em normas cuja indisciplina é passível de punição. Entendessee como punição aquilo que faz com que as pessoas sintam a falta que cometeram, o que é capaz de humilhá-las e confundi-las. Se antes as pessoas temiam o poder divino, hoje são amedrontadas pelo poder do homem, um poder disciplinar. A função principal do poder disciplinar é “adestrar”.

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 1987, p. 143)

Disso decorre outra forma de violência proferida as mulheres, exemplo a do estupro, a mulher pode ser punida por andar sozinha à noite, por vestir roupas consideradas provocantes, por ter um comportamento percebido como indecoroso, por passar dos limites da bebida, por não se dispor a estar a serviço do desejo masculino. A punição pode vir por fraqueza ou instabilidade. A mulher pode ser punida por simplesmente ser mulher.

Sendo assim, as mulheres quando começam a se expressar, ferem o ego masculino, que a há muito tempo vinha sendo massageado por seus privilégios apenas, por serem dos homens, não levando em consideração as transgressões em seus comportamentos para com as mulheres, diminuindo a importância da mulher

perante a sociedade, infelizmente é difícil ser mulher em uma sociedade que detona o seu valor.

2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA COMO VIABILIZADORA DE DIREITOS

É necessário fazer um breve resgate histórico da Política de Assistência Social no Brasil, para obter uma melhor compreensão de como se deram as conquistas dos direitos sociais e em especial a Proteção Básica, de onde deriva o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A prerrogativa é de como ele pode contribuir na vida de mulheres dos territórios comunitários, bem como, a sua organização e a sua formação, principalmente tomando como marco a Constituição Federal de 1988, possibilitando a análise do antes e verificando o pós-constituição.

No ano de 1543 no Brasil Colônia houve a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, dando início ao que chamamos hoje de terceiro setor. Nesse período, as práticas exercidas eram somente filantrópicas e mais tarde iniciou-se o assistencialismo e o clientelismo que perdurou até os anos de 1930, com práticas caritativas, voluntarista e designando o trabalho característico a mulher com sempre a favor da benesse.

Somente quatro séculos depois com muitas transformações, lutas e conquistas, dentre 1934 e 1937 foi que o Estado admitiu a existência de problemas sociais, o que chamamos de questão social, criando os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Os IAP's eram destinados a prestar assistência aos trabalhadores e seus familiares, mediante a auxílio, subsídios e subvenções do poder público.

Assim, até a Constituição de 1988, uma característica da política social brasileira é o acesso a algumas medidas de proteção social apenas pela parcela da população que se encontrava formalmente no mercado de trabalho [...]. Para os que se encontravam fora do mercado trabalho, se manteve a assistência social com o caráter de ajuda aos necessitados, complementaridade e excepcionalidade desenvolvida através de programas pontuais, desarticulados ou, simplesmente, puro assistencialismo paternalista destinado aos destituídos. (OLIVEIRA, 2008, p. 112).

Foi na década de 1980 que finalizou-se o período do Regime Militar, advindo da efervescência dos movimentos sociais, principalmente o diretas já. Fora conquistada em 1985 através das lutas sociais a redemocratização do Estado

brasileiro. No ano de 1988, nasceu a Constituição Federal, que torna a Assistência Social Política de Seguridade Social.

Dentro da Política de Assistência existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) onde é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos Centro de Referência a Assistência Social (CRAS).

Tais direitos foram possíveis de se materializar a partir da CF de 1988, que preconiza os direitos sociais, incluindo a previdência social, que é composta pelo tripé, saúde, previdência social e assistência social. Assim, os vínculos se estendem a diferentes territórios vividos, tais como o âmbito familiar, os serviços públicos, e outros locais nos quais as relações sociais se fortalecem ou se fragilizam (BRASIL, 2010).

Os Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são parte do (SCFV), Esse serviço é uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

Eles são ofertados nos Centros de Referência Assistência Social (CRAS) de forma a complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) trabalhando autonomia desses sujeitos. Conforme SOUSA (2008, p. 126):

A Dinâmica de Grupo serve para levantar o debate sobre determinado tema com um número determinado de usuários, ou para atender um maior número de usuários que estejam vivenciando situações parecidas. Utiliza-se de atividades como jogos, simulações, exposição de materiais dentre outras ferramentas, visando a reflexão de determinadas temáticas.

Tendo em vista que a participação mais predominante são das mulheres nos (SCFV), é importante assim traçar o perfil dessas usuárias, muitas delas encontram-se em situação de vulnerabilidade social, vivem em um bairro que tem como características principais: a extrema pobreza e o tráfico de drogas, precedentes que acarretam altos índices de violência.

Apesar de todos os problemas, essas mulheres lutam pela emancipação e buscam nesses serviços novas formas de encarar o cotidiano difícil. Nesse contexto, lamamoto diz que:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas presentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 2012, p. 20)

Diante do que a autora explanou na citação referida, fica evidente a importância dos (as) assistente sociais se atualizarem no exercício da profissão, para melhor responder às demandas advindas das expressões da questão social, dando ênfase a que está em foco, a violência contra mulheres, por estar vinculado diretamente com seu cotidiano.

A violência é um fenômeno sócio histórico que existe há muito tempo nas sociedades. Atualmente, se expressa em vários espaços, implicando na violação dos direitos sociais e humanos dos sujeitos. Dentre as suas formas de expressão a mais recorrente é a violência doméstica, que se caracteriza pela sua ocorrência domiciliar, em que o agressor pode ser qualquer pessoa que conviva no núcleo familiar. A violência contra as mulheres é definida como universal e estrutural e fundamenta-se no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental. (PASINATO, 2011).

Nos meados dos anos setenta do século passado, deu-se uma pequena abertura de debate acerca dessa problemática, principalmente com a contribuição do movimento feminista na luta política pelo reconhecimento dos direitos sociais, políticos e civis das mulheres. Antes era um assunto pouco mencionado, dessa forma funcionou ainda enquanto publicização da desigualdade social estabelecida nas relações de gênero, em que o homem exerce sua supremacia sobre a mulher.

Falar nesses grupos sobre o empoderamento requer uma sensibilidade, por ser um processo gradativo para criar um elo entre profissionais e os usuários, aliando a prática ao arcabouço teórico que não interfere em suas vidas de forma efetiva, é pensar em um acolhimento e atendimento humanizado, onde elas se sintam à vontade a compartilhar os seus problemas cotidianos, e a buscar mais os serviços de prevenção sabendo de seus direitos como cidadãos e o que essa política lhes traz de benefícios.

Dessa forma, compreendemos que, diante de todas as explicações, a Política de Assistência Social é indispensável para a população que está em situação de vulnerabilidade social, principalmente as mulheres que estão em territórios comunitários e que sofrem com o machismo da nossa sociedade, com isso o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma intervenção extremamente

necessária para fortalecer essas mulheres e posteriormente lhes empoderar, fazendo com que haja a emancipação e consecutivamente tornando legítimo o projeto ético político do assistente social.

Para termos uma melhor compreensão como os assistentes sociais devem atuar em seus atendimentos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), principalmente nos Grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nós devemos considerar se há demanda tradicional ou contemporânea e se há exercício profissional com intervenção direcionada, pois as intervenções são repletas de atribuições, competências, com instrumentais e técnicas particulares à Política de Assistência Social.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, 2012, p.75).

Seguindo essa análise sobre a questão social, percebemos que nossa intervenção deve seguir uma direção norteadora, para promover qualidade nos nossos serviços e a inserção social desses sujeitos. Nos orientamos pelos princípios do Código de Ética da profissão o qual foi regulamentada pela a Lei 8.662/93, onde cabe o profissional seguir os princípios e as diretrizes que regem a mesma, normatizando suas práticas. Dessa forma temos onze fundamentos no nosso Código ético e aqui destacamos dentre eles:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais.XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 15)

É importante considerar a referência e a contra referência entre os equipamentos CRAS, o Centro de Referência especializado da Assistência Social (CREAS), e as especificidades trabalhadas nestes grupos acompanhados pelo Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e o Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI).

É imprescindível um planejamento dos técnicos envolvidos, para intervir de acordo com as demandas apresentadas, para um melhor atualização de materiais de

consulta relativos aos usuários, separando assim, de acordo com as necessidades de vivência a participação dos mesmos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) atendendo de acordo com as suas particularidades.

Nesses termos, atuar na linha de enfrentamento das expressões da questão social é desafiador, pois, tais demandas apresentam alto nível de complexidade e exige postura profissional ético-política, crítico, competente, propositiva, compromissada com a garantia dos direitos dos usuários, como recomenda, (IAMAMOTO, 2012).

É importante mencionar sobre a consciência da subjetividade dos sujeitos, onde se é trabalhado a partir de demandas de classes apresentadas na nossa sociedade capitalista, que vem carregadas de interesse sociais distintos e contraditórios, para isso é necessário nos portar ao nosso projeto ético-político, que por ele expressa que compromisso:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5).

Dessa forma compreendemos que o trabalho do Assistente social depende de valores éticos-políticos que os direcionam nas suas práticas rotineiras e, que não há como agir na neutralidade no posicionamento de suas lutas por direitos, trabalhando assim, não apenas burocraticamente, para não minimizar as suas funções como um profissional meramente tecnicista, mas, contudo a trabalhar de forma a subjetiva com o público que necessita da política de assistência.

É importante nos remetermos ao processo de transformações no Serviço Social pois, foi na fase da Reconceituação, marcada por análises críticas ao Serviço Social tradicional e ao sistema vigente que ganharam vitalidade questionamentos, contestações e reelaborações que delinearam diferentes fases, provocando rupturas e direcionando a novas abordagens a práxis profissional.

Essa interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar o voluntarismo, a prática rotineira e burocrática, as tendências empiristas, o alheamento do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular. (IAMAMOTO;1995).

No contexto cultural do Serviço Social, após sua reconceituação, deu-se significativamente a materialização do projeto ético-político que sustém as práticas profissionais e, uma direção político-ideológica para o Serviço Social crítico. No Brasil, com a influência de Gramsci nos anos 1980, com o processo de redemocratização e imersão em leituras marxistas, houve um direcionamento no pensamento crítico por uma parte dos profissionais, o que ocorreu a intenção de ruptura ao conservadorismo em meados de 1950 e 1960, percebendo que as práticas que vinham sendo exercidas já não, eram condizentes a atual conjuntura.

Sendo assim, é importante falar da instrumentalidade no Serviço social, a condição de reconhecimento social da profissão, entendendo que a intencionalidade de seus objetivos no cotidiano, está ligada ao seu fazer profissional, o que tem a ver com a capacidade e a propriedade que o profissional desempenha em diferentes espaços de atuação Faleiros (2014) fala que: atuação profissional está condicionada profundamente pelas determinações econômicas, articuladas às determinações políticas, sociais e culturais, tanto do ponto de vista da demanda como do ponto de vista da provisão dos serviços sociais.

Contudo, o que foi apresentado é possível fazer uma análise e perceber o quanto das limitações que esses profissionais sofrem, para pôr em prática os objetivos que lhes são designados no cotidiano, e que com as alterações no interior da profissão e da conjuntura atual tornam mais flexíveis às demandas apresentadas, exigindo novas tendências e reforçando a necessidade dos assistentes sociais atuarem da melhor forma em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais

Para elaborar novas propostas de intervenções para os grupos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com foco em mulheres, devemos considerar os fatores culturais e sociais, os quais ocasionam o fenômeno da quebra de vínculos familiares e enxergar os recursos que possibilitem o trabalho do assistente social no dia a dia das assistidas.

Para este estudo especificamente na Política de Assistência Social. Logo se faz necessário o olhar crítico “cotidianamente sendo criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado e a produção e experimentação de novas abordagens” (BAPTISTA, 2009, p. 19).

Compreendemos assim, com a fala do autor que é de suma relevância para o exercer profissional se voltar para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, reciclando de teorias e práticas para então assim melhorar as

metodologias trabalhadas com o público alvo, alcançando novos lugares onde antes não foram atendidos.

Isso significa que o profissional deve estar se atualizando quanto ao momento conjuntural, reformulando os seus métodos para intervir nas demandas apresentadas. Nesta direção, Iamamoto fala que, a intervenção profissional precisa ir para “além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Para isto, é fundamental, além de um entendimento sobre os componentes teóricos, a articulação dialética desses com a prática; ambas ensinam sobre as possibilidades e estratégias ao fazer profissional. No entanto, é fundamental descortinar as barreiras que a própria rotina institucional nos propicia, ou seja, aquilo que o cotidiano da instituição impõe para a intervenção profissional, para que a partir dele se construam estratégias coletivas de superação desses mesmos limites.

[...] competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [que vá] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas [...], desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Uma das características dos Grupos de (SCFV) no (CRAS) é a prevenção, o caminho a ser percorrido é árduo, pois o profissional deve direcionar o seu posicionamento a orientar os indivíduos no seu cotidiano, levando em conta a importância de não perder de vista que o SCFV deve incentivar a socialização e a convivência comunitária, a fim de promover entre os usuários trocas culturais e de vivências. Grupos heterogêneos potencializam essas trocas e vivências.

Conforme, Netto (1999), a composição das categorias profissionais não se faz de forma isolada, mas num espaço de disputas coletivas, o que imprime junto à construção de nossa prática a possibilidade de um debate plural que vise à construção de saídas ao ordenamento social presente.

Analisando esses ambientes e as atividades executadas pelos profissionais que trabalham nesses grupos em especial o de mulheres, nos vem a questão sobre se eles entendem o real objetivo a ser alcançado com esse serviço e os seus usuários? Ou será que estão seguindo uma padronização de suas práticas apenas para quantificar pessoas atendidas? Ou, ainda para além é apenas uma escala de preenchimento de horários dos equipamentos?

Iamamoto responde todas essas perguntas sugerindo como deve ser a práxis profissional “a intervenção profissional precisa ir para “além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Dessa forma é importante o envolvimento dos profissionais dos grupos no processo de planejamento e na identificação dos objetivos quanto na definição de metas para o mesmo, na proposição de atividades que sejam interessantes a eles e na definição do cronograma, bem como no momento final de avaliação do percurso desenvolvido. Segundo o autor:

Quanto à dimensão técnica, o acolhimento instrumentaliza a geração de procedimentos e ações organizadas. Tais ações facilitam o atendimento na escuta, na análise, na discriminação de risco e na oferta acordada de soluções ou alternativas nos problemas demandados (SILVA JUNIOR, MASCARENHAS, 2005, p. 245).

Sendo assim, recorremos a historicidade do Serviço Social onde a prática da escuta do usuário era utilizada, a exemplo, com debates acerca do relacionamento cuja concepção no princípio, esteve relacionada à dimensão afetiva. Mas, no avanço do debate, com a introdução da perspectiva crítica, o relacionamento tomou outra direção, sendo necessário para o estabelecimento de um campo de mediações, acrescentando a totalidade das relações sociais, na qual escuta está contida uma dimensão política e problematizadora.

Com isso, compreendemos que para haver uma maior eficácia nos atendimentos dos equipamentos sociais é preciso criar uma atmosfera de apoio e compreensão através do que for sendo relatado pelos usuários, fortalecendo a confiança por nossos profissionais, mesmo sabendo das dificuldades de cada equipamento levando em consideração a empatia.

Para Farias (2007), “o acolhimento, quando entendido como estratégia de humanização, redundante às relações humanas, na atenção à saúde como nas demais áreas, sugere conflitos em diferentes âmbitos, político, profissional e pessoal”.

Conforme o que foi debatido trouxemos indagações sobre o que os equipamentos de atendimento para mulheres em situação de violência são capazes de promover, dando um giro referencial vimos, o quanto são importantes e vale ressaltar que através desses serviços e das políticas públicas é buscado alternativas para a diminuição dos índices de violência doméstica com o acolhimento e atendimento humanização.

CAPÍTULO III: INTERVENÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES, TRANSFORMANDO SUA REALIDADE

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Apresento a pesquisa que é fruto das inquietações vivenciadas no contexto da faculdade que teve como problema de pesquisa, analisar se há efetividade das políticas públicas na política de assistência social como meio interventora a violência doméstica contra a população de mulheres. Utilizamos os seguintes formatos de pesquisa: bibliográficas e descritiva, todas dentro da abordagem qualitativa, que:

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 1999, p. 135).

Foi utilizada Análise documentais e materiais de projetos, artigos e teses como instrumento de pesquisa para coleta de dados, onde foi feito a análise de registros e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem modificar ele. Nos desvelando a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro da comunidade e o saber dos métodos, processos e/ou realidade operacional.

“Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (CASTRO, 1976, p. 66).

O objetivo geral foi de averiguar como a política de assistência social pode intervir na questão da violência contra mulheres dando autonomia a essas vítimas, e se seriam capazes de promover a emancipação feminina e conseqüentemente a prevenção à violência doméstica ou amenizando os casos decorrentes.

Para tal estudo, utilizamos da fonte secundária por materiais bibliográficos, como artigos. Para GIL (2008, p.50) [...] “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.”

Diante desses aspectos, articular a práxis profissional e o seu desenvolvimento nas atividades realizadas nos acompanhamentos de mulheres do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS ou em demandas do CREAS, para ser evitado as práticas tecnicistas e propor relações entre os profissionais e as

assistidas desses grupos de mulheres que possibilitasse a percepção da quebra de vínculos familiares e conseqüentemente intervindo nos casos de violência doméstica, também tornaram-se objetivos específicos.

Sendo necessário o aprofundamento dos estudos através da apropriação desses documentos, fazendo-nos conhecer como ocorre tal fenômeno e como se dava os processos de atendimento com essas vítimas e, como isso impactava as vidas dessas usuárias nesses atendimentos e, se realmente era efetivado o direito da informação, as empoderando de seus direitos.

Portanto, esse tipo de pesquisa utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados para apresentar as variáveis propostas. Podendo estar ligadas às características socioeconômicas desse grupo ou outras características relacionadas que podem ser alteradas durante o processo.

Para categorizar e fundamentar os resultados será utilizada nesta pesquisa a análise de dados, com ela será possível ir para além do superficial. Principalmente no desenvolvimento dos estudos isso significa interpretar as situações apresentadas, conforme essa linha de raciocínio segue o pensamento de Foucault:

[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p.55).

Existe o risco deste trabalho ser mal interpretado, pois os profissionais podem entender como uma crítica à forma como vem sendo realizada a práxis profissional com o grupo mencionado, isso pode ser evitado mostrando que a pesquisa é em prol da efetividade dos serviços prestados, para erradicar práticas assistencialistas ou de clientelismo que possam ser identificadas.

Estudar essa expressão da questão social é uma inquietação pessoal como futura assistente social, pois, encontramos no tema um grande desafio para a categoria que geralmente devido a demandas institucionais acabam realizando intervenções tecnicistas. Cabe ainda destacar que desenvolver esse projeto centra-se na relevância científica de apresentar resultados para além dos muros acadêmicos.

Um outro aspecto refere-se à relevância social, uma vez que, seus resultados poderão contribuir consideravelmente para a melhoria no processo de convivência e

fortalecimentos de vínculos, especialmente no que se refere às relações entre os profissionais e os assistidos. Logo, a escolha deste tema visa uma contribuição para fomentar maior discussão e interesse dos assistentes sociais que, assim acreditam na efetividade dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos voltados às mulheres, tendo como princípio básico à emancipação da feminina na sociedade e na relação entre profissionais e assistidas.

Por fim, o principal fator é buscar meios de enfrentamento que possibilitem maior eficiência na prevenção a violência doméstica, na tentativa de contribuir na prevenção dos casos deste mal que infringe as mulheres da nossa sociedade. Para tal fim, é necessário a observação dos fatores que enfraquecem os vínculos familiares e suas particularidades, a formulação de intervenções que rompam com situações discriminatórias e estigmatizantes e o desenvolvimento na comunidade da real intenção de participar dos grupos propondo autonomia e politização.

Para a realização dessa pesquisa foram necessários os meses de agosto a dezembro de sendo que estes foram realizadas as seguintes etapas:

FASE 01. CONSTRUÇÃO DO PROJETO.
Nesta fase, foi pensado a definição do tema trabalhado nesta pesquisa onde também foi traçada a delimitação do tema, os objetivos que levaram as inquietações e hipóteses de como poderia ser tratada esta problematização.
FASE 02. COLETA DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO
Para as coletas de dados foi utilizado os acervos bibliográficos digitais, bem como livros, artigos, legislações, etc.
FASE 03. ANÁLISE DOS DADOS
Aqui foi proposto as categorizações de indagações sobre aspectos do fazer profissional de acordo com a política de assistência social, são essas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Como os assistentes sociais podem prevenir a violência doméstica? 2. As condições postas pelo capital possibilitam um espaço adequado de trabalho para o assistente social nos atendimentos às vítimas de violência? 3. Como o assistente social pode trabalhar contra o machismo na sociedade? 4. Quais fatores interferem nas intervenções com essas mulheres vítimas de violência?

3.2 REFLETIR SOBRE A ATUAL PRÁXIS PROFISSIONAL NO TOCANTE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Iremos fazer uma análise dos dados coletados nos capítulos 1 e 2, onde nos trará as reflexões acerca do trabalho do assistente social na política de assistência social para o enfrentamento da violência contra mulher, averiguando as limitações de seu fazer profissional nesses espaços sócio ocupacionais e também os desafios gerados nas relações de antagonismo. Conferindo os pensamentos dos principais autores que foram trazidos nesta pesquisa.

Para melhor compreensão do fazer profissional nos espaços sócio ocupacionais, foi feita a seguinte categorização para pontuar como acontece a práxis dentro da Política de assistência social, abrangendo aspectos importantes e porque não determinantes do seu fazer profissional, abordando as limitações dentro desses espaços e conseqüentemente da efetivação do trabalho de rede inter relacionado a esses profissionais.

De acordo com a categoria do item I. Onde fala como os assistentes sociais podem prevenir a violência doméstica?

A circunstância de violência doméstica contra as mulheres requer das (os) assistentes sociais habilidades que precisam ser atualizadas continuamente, além da capacidade de dialogar com setores e instituições da rede. No geral, esta articulação fica por conta dos gestores dos serviços públicos, que nem sempre, são assistentes sociais ou tiveram formação para atuar com a referida demanda.

“O grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher é a efetivação de uma rede de serviços que agregue os diferentes programas e projetos, consolidando uma política social de atendimento” (LISBOA e PINHEIRO, 2005, p.202).

De acordo, com o trecho mencionado acima, o autor nos traz a reflexão de como é desafiador o cotidiano na efetivação das políticas públicas, por vezes os equipamentos não tem aparato para acolher vítimas da violência por falta de recursos. Trazendo para a categoria dos assistentes sociais esse cenário se torna ainda mais complexo pois esse profissional é cobrado para responder a essas problemáticas.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de

trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas presentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 2012, p. 20)

Nisso, a autora nos mostra que para exercer o fazer o profissional é exigido desses profissionais habilidades de entender a realidade para além do que está expondo através do desvelamento das demandas propondo e, estudando as formas justas de efetivar os direitos de acordo com suas necessidades.

Tendo em vista, que a consciência da capacitação desses profissionais são o de análise de realidade é válido nos atentar como se deve trabalhar no cotidiano com os sujeitos lhe proporcionando momentos de empatia que é o nosso dever como assistentes sociais. [...] O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e isto é o que o distingue das outras práxis sociais (LESSA, 2007).

Sendo assim, o trabalho do assistente social funciona como um mediador das relações onde trabalha com o indivíduo suas objetivações através de suas subjetividades, pois, cada ser humano possui suas peculiaridades, problemas individuais e coletivos levando em consideração a analisar seus espaços ocupacionais onde tem relações diretas na sua vivência.

Este é o desafio que se coloca ao pensar o serviço social contemporâneo: primeiro, com a compreensão da sua função social como práxis social, e, mais ainda, sua posição na produção e reprodução da vida material no ciclo de produção da mais-valia, e sem falar na autonomia gerada nos sujeitos.

Diante do que foi mencionado, fica claro que o assistente social possui habilidade e é capacitado para lidar com as mazelas da sociedade, e através de seu discurso proporciona aos seus usuários momentos ímpares de informações lhes acrescentando autonomia para dirigir suas vidas tendo a consciência de seus deveres e direitos para ter uma vida mais digna.

Diante desses aspectos no item II relata-se as condições postas pelo capital, se possibilitam um espaço adequado de trabalho para o assistente social nos atendimentos às vítimas de violência?

Traremos a discussão o que é o trabalho para fazer uma ligação com os espaços em que esses profissionais fazem seus atendimentos, o trabalho faz parte de um ciclo metamórfico, onde é utilizado o meio natural com o propósito de criar, e por meio desse trabalho, o indivíduo transforma o seu meio e a si mesmo, sendo que nesse processo alcança novos conhecimentos, no início de seu experimento trazendo ao seu cotidiano o nascimento da consciência.

Dessa forma, é importante falar da instrumentalidade no Serviço social, Faleiros (2014) fala que: a atuação profissional está condicionada profundamente pelas determinações econômicas, articuladas às determinações políticas, sociais e culturais, tanto do ponto de vista da demanda como do ponto de vista da provisão dos serviços sociais.

A atuação cotidiana no contexto neoliberal e como ela se empenha em defender com firmeza seus princípios morais com suas práticas, ou seja, os princípios morais pautados na democracia e nos valores humanos e com base em sua atuação, para finalmente estabelecer a sociabilidade dos seus princípios éticos de ação baseados e com base nos valores democráticos e humanos.

Nesses termos, atuar na linha de enfrentamento das expressões da questão social é desafiador, pois, tais demandas apresentam alto nível de complexidade e exige postura profissional ético-política, crítico, competente, propositiva, compromissada com a garantia dos direitos dos usuários, como recomenda, (IAMAMOTO, 2012).

É importante mencionar a consciência da subjetividade dos sujeitos, onde ela é elaborada pelas demandas das classes em nossa sociedade capitalista, que está carregada de interesses sociais diversos e conflitantes.

Isso significa que o profissional deve estar se atualizando quanto ao momento conjuntural, reformulando os seus métodos para intervir nas das demandas apresentadas. Nesta direção, Iamamoto fala que, a intervenção profissional precisa ir para “além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Tendo como horizonte, a construção de uma nova sociedade, como primeira e única missão da categoria dos assistentes sociais, mas antes deve estar articulada

com projeto societário cujo desígnio é trabalhar arduamente pela libertação da humanidade, ao invés de explorar e dominar a diversidade de classes, raça / etnia, gênero e a diversidade sexual.

Sendo assim, nos faz entender que os espaços são limitados, mas o nosso fazer profissional está para além de muros institucionais, somos capacitados a compor uma realidade interventiva com o propósito de plantar sementes de esperança nas vidas de pessoas as quais passam por situações de vulnerabilidade social extrema, em situações paupérrimas, nosso compromisso é com essa classe lhes garantindo seus direitos.

Conforme foi explanado no item II. seria possível o assistente social trabalhar contra o machismo na sociedade?

Bom, esse assunto polêmico que envolve o contexto histórico de como foi tecida a nossa cultura, faz-se necessário o debate pela categoria dos profissionais de serviço social, porque é de fato um importante ponto a ser pensado na nossa sociedade por vários comportamentos repetidamente machistas que se propaga diariamente, não sendo só pelo gênero masculino mas, também por nós mulheres, verificando possibilidades de transformações culturais por intermédio do fazer profissional dos assistentes sociais, gerando possibilidade de mudanças de hábitos na atualidade.

Quanto à dimensão técnica, o acolhimento instrumentaliza a geração de procedimentos e ações organizadas. Tais ações facilitam o atendimento na escuta, na análise, na discriminação de risco e na oferta acordada de soluções ou alternativas nos problemas demandados (SILVA JUNIOR, MASCARENHAS, 2005, p. 245).

O autor traz na citação supracitada sobre a importância dos nossos instrumentais nos atendimentos com as escolhas corretas desses instrumentais para um atendimento propositivo e eficiente, direcionando soluções com estratégias para cada tipo de ocorrência, analisando as alternativas de mudanças através da escuta qualificada e do acolhimento faz com que trabalhe de forma mais humanizada transformando realidades .

A autora Marcia Tiburi, fala sobre a importância dessas transformações e fazendo um paralelo com o que ela apresenta com o nosso exercício profissional, ressaltamos que o assistente social é hábil e capacitado para atender demandas

sociais de modo eficaz, sugerindo estratégias interventivas diretamente com os agressores pois, podendo trabalhar a quebrar de conceitos perpassados através da cultura machista, onde coloca o gênero masculino como sinal de virilidade em que não se deve mostrar vulnerabilidade social.

A transformação da sociedade precisa ser pensada rumo a uma vida melhor para todas as pessoas. Isso implica pensar outro projeto. Outra política, outro poder, outra educação, outra ética, outra economia. O feminismo é o campo teórico e prático que pode construir uma política com outros referenciais: a natureza, o corpo, o cuidado, a presença, a vida digna (TIBURI, 2018, p. 124)

Entende-se pelo que foi exposto pela autora que para trabalhar na sociedade, a rede precisa estar articulada para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, uma vez que é exigido um compromisso de todos, desde aqueles que estão diretamente envolvidos na relação, até aqueles que compõem a realidade social. A ampliação do conceito de responsabilização, defesa de direitos e assistência é uma estratégia importante para a prevenção, combate e controle da reincidência.

Nesses termos, atuar na linha de enfrentamento das expressões da questão social é desafiador, pois, tais demandas apresentam alto nível de complexidade e exige postura profissional ético-política, crítico, competente, propositiva, compromissada com a garantia dos direitos dos usuários, como recomenda, (IAMAMOTO, 2012).

Entender esse processo requer pesquisa e ação profissional, o que definitivamente é um desafio, treinamento e habilidade para quem dele necessita. Para compreender plenamente a situação de violência doméstica, será necessária uma preparação teórica e metodológica, bem como atitudes morais e políticas. Como os grupos de usuários experimentaram interações com o mundo, a sociedade e a história, a estrutura e a realidade coerente constituem novos e constantes desafios.

Essa interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar o voluntarismo, a prática rotineira e burocrática, as tendências empiristas, o alheamento do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular. (IAMAMOTO;1995).

Significa ir além dos fatos, superando práticas mecanicamente guiadas, repetitivas e burocráticas. Implica o reconhecimento das mulheres como seres capazes de resistir, de vencer, de ser protagonistas de suas histórias. Porém, provoca uma reflexão sobre o Estado, no desenvolvimento de seu papel protetor.

Essa defesa de direitos deve-se refletir na perspectiva preventiva e assistencialista, no sentido de valorizar, sensibilizar, defender a identidade, dignidade, autonomia e igualdade da mulher na família, no trabalho e na sociedade. A derrubada da lógica da violência faz parte do compromisso ético-político, buscando ações concretas voltadas para o resgate da cidadania, com políticas públicas efetivas e o papel da mulher.

E por último no item IV. discutimos quais fatores interferem nas intervenções com essas mulheres vítimas de violência?

Diante do que foi capturado nos capítulos anteriores, isso nos mostra que todo o círculo patriarcal da antiga relação familiar a que obedecem as mulheres deve ser rompido por meio de uma mudança de paradigma, que só pode ser realizada por meio da educação, para que a sociedade tenha legitimidade. Apesar de haver um amplo arcabouço jurídico para a proteção às vítimas de violência, as mulheres permanecem em silêncio, pois ainda se sentem reprimidas por medo do agressor cometer homicídio.

“se quisermos compreender o fato [...] de que as mulheres, mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para ser ouvidas, precisamos reconhecer que as coisas são um pouco mais complicadas e que há uma longa história por trás de tudo”. Mary Beard (2018)

Portanto, devido à complexidade e subjetividade das relações afetivas, aliadas à consolidação do sistema familiar patriarcal e à vinculação afetiva das mulheres nas relações conjugais, sem intervenção direta, as próprias relações pessoais são subjetivas. Uma das limitações na luta contra a violência doméstica é, portanto, o silêncio dos oprimidos, o que torna tal violência invisível. Devido à falta de acesso às informações jurídicas, os recursos públicos são ineficazes no combate à violência. É necessário entender, porém, que essa dominação é reflexo dessas desigualdades sociais, econômicas e políticas e, portanto, deve ser estudada em perspectiva de coletividade (SANTOS; AMARAL, 2010).

Entretanto, as mulheres precisam ser empoderadas. Independentemente de classe, raça, orientação sexual, renda, cultura, grau de instrução, idade ou religião, todos gozam dos direitos fundamentais inerentes à humanidade e têm oportunidade de viver sem violência. As instalações para manter sua saúde física e mental, espiritual, moral, intelectual e social, têm direito à dignidade e à igualdade.

Obstante da luta do movimento feminista, do marco legal, das delegacias especializadas e da reforma da lei de execuções, a interferência do poder público na vida privada das vítimas é ineficaz, pois muitas mulheres se sentem inseguras por causa desromper um relacionamento abusivo. Devido a diversos fatores, como a dependência conjugal ou econômica, bem como à existência de mulheres que se preocupam em entender que o comportamento agressivo do parceiro é crime e deve ser punido.

Todas essas razões dificultam a realização da educação social, e são também razões para buscar a proteção do Estado como fiador da segurança pública nacional e da ordem constitucional. E de gênero.

Em última análise, as barreiras para o combate à violência contra as mulheres são silenciosas, porque elas sofrem agressões e, por não terem denunciado, são invisíveis na esfera social e política, mas não nos atos criminosos. A prática da utilização da violência doméstica do monitoramento de vigilância eletrônica como meio alternativo de combate à violência, como medida de proteção, quer na pena de execução da pena, quer na fase processual, ou ainda na fase de pré-julgamento, como medida de proteção.

A Lei n.º 11.340/2006 - Maria da Pena desempenha um papel de extrema importância. A violência doméstica pode ser interrompida com isso. No entanto, esforços devem ser feitos para melhorar o nível de educação, especialmente para as mulheres adultas. Realizar cuidados no serviço básico de saúde da UBS, averiguar o nível de escolaridade da usuária e obter alfabetização especial para que ela possa se inserir no mercado de trabalho no mesmo nível que o homem, para alcançar a igualdade de gênero e enfrentar o abuso e a opressão. A transformando essas mulheres em pessoas livres em uma sociedade equida, conforme estipulado na Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Neste trabalho, fomentamos a discussão da desigualdade de gênero' a qual acarreta violência algo que é vindo desde a antiguidade, sendo essa diferença imposta pela sociedade por meio da construção histórico-cultural. Desde a nossa infância, quando são pré estabelecidas cores, brinquedos, roupas, enfim, tudo que pode distinguir as figuras masculinas e femininas, para a sociedade definir os representantes de gênero de acordo com os seus interesses.

Como resultado dos estudos, vê-se que as relações de poder são representadas por meio da desigualdade de gênero. Diante do patriarcado e da sociedade sexista, a imagem da mulher é oprimida pelos homens, criando um ambiente propício à violência contra a mulher. Portanto, a violência contra a mulher é resultado do desequilíbrio entre homens e mulheres, que é atribuída aos homens e, pelo contrário, é a condição de subordinação das mulheres.

Na família, esse tipo de violência tornou-se uma das violências mais preocupantes e graves do mundo, e geralmente é o primeiro tipo de violência conhecido pelo sujeito. A partir desses estudos, pode-se perceber que o principal autor da violência contra a mulher é o companheiro ou marido, o que desencadeia a violência conjugal, que será a violência cometida por parceiro íntimo.

A violência conjugal atingiu um nível alarmante e preocupante porque se tornou uma das maiores causas de morte feminina em todo o mundo. Porém, mesmo em situações de violência doméstica, algumas mulheres optam por ficar em suas próprias casas para manter a composição da família ou por outros motivos que lhes convenha.

Observou-se das pesquisas que vários são os fatores que levam as mulheres vítimas de violência doméstica continuarem em relacionamentos violentos, são eles: dependência econômica e emocional, atenção aos filhos, idealização da família perfeita, do amor que não pode ter fim, o casamento para vida inteira, Enfrentamento da vida sozinho, a falta de apoio social, etc. Todos esses elementos são reforçadores, para reprodução desses relacionamentos abusivos.

Por muitos anos, as mulheres não tiveram a quem recorrer, sofrendo em silêncio. Quando apelaram, não houve resposta do Estado e, quando tomaram uma decisão, sempre focaram na impunidade do agressor. As pessoas não acham que esse tipo de violência é tão importante porque o país expressou sua posição de que é um problema a ser resolvido no contexto das relações privadas.

Porém, após muito trabalho, a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha foi finalmente promulgada. Anteriormente, não havia leis especiais para lidar com a violência doméstica e os crimes de violência doméstica contra as mulheres e como combater esses crimes.

Maria da Penha é a porta-voz de todas as mulheres vítimas de violência doméstica. A lei considerou uma série de políticas públicas eficazes para eliminar a violência contra as mulheres e deu início a criação de um Juízo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Para mudar a desigualdade social e a discriminação entre homens e mulheres, há muito o que se trabalhar.

A violência de gênero aguarda uma resposta da sociedade e do Estado. Da sociedade, se espera uma redução no preconceito contra as diferenças de gênero trazendo o trabalho assistente social como principal educador social na orientação dos sujeitos, revelando que somos todos iguais perante a lei de Deus e a lei humana; para países com menor burocracia e tomada de decisão serem mais eficaz, nas medidas punitivas podendo ser tomadas, e sendo assim, possível refrear ou minimizar a violência.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, Ingrid; MELLO, Kelli; OLIVEIRA, Patrícia de. **Desenvolvimento de carreira: O papel da mulher nas organizações.** Cadernos de Administração, v. 1, p. 130-148, mês, 2009.

BAPTISTA, M. V. **Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas.** In: _____; BATTINI, O. (Org.). A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras, 2009. v. 1.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2018

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORSA, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). **Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear.** Psicologia Argumento, 29(64), 31-39.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004

BRUMER. A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis: V. 12, n. 1, p. 205-227, 2004

Carvalho, Sérgio Resende. 2004. **Os múltiplos sentidos da categoria 'empowerment' no projeto de Promoção da Saúde**". Cadernos Saúde Pública 20: 1088-1095.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas.** São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Novas configurações familiares: mitos e verdades.** Jornal de Psicanálise, São Paulo, v. 40 n. 42, p. 89-102, jun. 2007.

COELHO, Virginia Paes. **O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida.** Revista Social & Sociedade, nº 71, ano XXIII, setembro 2002, p. 63-79

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org). **Gênero e desigualdade.** São Paulo: SOF,1997.

FARIAS, L.C. **Acolhimento na Atenção Básica: reflexões éticas sobre a atenção à saúde dos usuários.** Florianópolis, 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Públicas.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ81.pdf>> acesso em 22/05/2020

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2014. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FRAGA, Paulo Denisar. **Violência: forma de dilaceramento do ser social**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXIII, nº70 – Julho de 2002.

GIBSON, K. E GRAHAM, J. 1996. **The end of capitalism as we knew it: a feminist critique of political economy**. Lisboa: Instituto Piaget..

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social**. In Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000

HOFSTEDE, G. 1991. **Culturas e organizações: compreender a nossa programação mental**. Lisboa: Edições Sílabo.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. – São Paulo. Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. Carvalho. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2007

KARPOVA, Lisa. **100 Anos do Dia Internacional da Mulher: a Rússia foi a pioneira dos Direitos da Mulher**. In: PRAVDA. Moscou, 8 de março de 2010.

KRONBAUER, José Fernando Dresch and MENEGHEL, Stela Nazareth. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. Rev. Saúde Pública [online]. 2005, vol.39, n.5 [cited 2013-07-09], pp. 695-701. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000500001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-8910.<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>
Lather, Patti. 1991. *Getting Smart: Feminist Research and Pedagogy within the Postmodern*. Londres: Routledge.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 08, n. 02, p. 199-210, jul./dez. 2005

Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso 22/05/2020

Minayo, M. C. de S. (2004). **A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde.** *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 3, 646-647.

MIOTO, R. C. T., **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis.** *Cadernos CEAD*, Brasília, UNB, mod. 04, 2000

Moreira Carvalho, Natalia, Marco Aurélio Marques Ferreira, Afonso Augusto Teixeira Lima, e Ivan Beck Ckagnazaroff. 2012. **“Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social”.** *Revista de Administração Pública* 46: 403-423.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: CFESS. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1.* Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1.* Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NOELLE-NEUMANN. Elisabeth. *Spiral of Silence.* In: **A First Look at the Communication Theory**, 7 th Edition. EUA: McGraw-Hill, 2005, p.372-382

ODÁLIA, Nilo. **O que e violência.** São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

OLIVEIRA, Iris M. **Cultura política, direitos e política social.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.* São Paulo: Cortez, 2008, p.109-129.

PASINATO, Wânia. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil,** *Cadernos pagu*, Campinas, n.37, pp. 219-246. 2011.

PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** *Serviço Social em Revista.* Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999. < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/4708/3618>> acesso em 22/05/2020

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal.** In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). Casal e família: transmissão, conflito e violência. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-34.

Saffioti, H. I. B. (1997b) **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil.** Em F. R Madeira (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil (pp. 135-211) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos

SANTOS, Lorena Colato dos; AMARAL, Marciele Torres do. **Desvalorização da mulher no mercado de trabalho.** 2010. 33 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social e Sociedade) – Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul, Serviço Social, Santa Fé do Sul, SP.

SILVA JÚNIOR, A.G.; MASCARENHAS, M. T.M. **Avaliação da Atenção Básica em Saúde sob a ótica da Integralidade: aspectos conceituais e metodológicos.** In: PINHEIRO R.; MATTOS, R. A. de (org).Cuidado: as fronteiras da Integralidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2006. p. 241-58.

Silva, Alcione Leite. 2008. **“Pesquisa-ação participantes no processo de empowerment de mulheres brasileiras no contexto da migração internacional”.** *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem* 12: 750-757

SOARES, Ana Carla Carvalho. **Os Desafios no Atendimento à Mulher em Situação de Violência: Uma Análise a Partir do Centro de Referência da Mulher (CREMV) em Florianópolis.** Florianópolis: UFSC, 2014.

SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à lei de combate à violência contra mulher.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida, MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todas e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 124 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Bra UnB, 2000. p. 33.